

AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS CONSTROEM-SE PASSO A PASSO

● **Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira,**
em conferência de imprensa a jornalistas brasileiros

(1.ª Parte)



«Entre os nossos Povos existe uma tradição de solidariedade e de amizade. Isso constitui um ponto de partida sério, muito positivo, para as nossas relações» — Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, no decorrer da conferência de imprensa concedida a jornalistas brasileiros

(....) As relações entre os Estados também se constroem como as relações entre as pessoas. É passo a passo, é num conhecimento e relacionamento mútuo que desenvolvemos o conhecimento e a tendência para o relacionamento mútuo — afirmou o Ministro-Governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira, no decorrer da conferência de imprensa que concedeu aos jornalistas brasileiros que acompanharam o Ministro das Relações Exteriores do Brasil na sua visita a Moçambique.

No decorrer do encontro, que Sérgio Vieira classificou previamente como um «diálogo entre nós, não muito formal mas que seja eficiente», foram amplamente abordadas questões relacionadas com as possibilidades de desenvolvimento das relações entre os dois países, assim como várias outras referentes à política interna e externa do nosso País, desde a questão do Afeganistão aos investimentos do capital privado em Moçambique.

Pelo seu interesse, publicamos a seguir a primeira parte do diálogo que se desenrolou durante cerca de uma hora. 15/6/80

JORNALISTA — Como vê possível de conciliar, em termos de uma convivência, uma cooperação futura Moçambique-Brasil, quando nós temos regimes diametralmente opostos?

SÉRGIO VIEIRA — Parece-me que nem o Brasil nem Moçambique estariam a inventar a pólvora nisso. A pólvora já foi inventada há muito tempo.

O princípio da coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes, o princípio das relações de amizade e de cooperação entre Estados com opções políticas e sociais diferentes, é um princípio há muito consagrado nas relações internacionais. De toda a maneira não me parece que as relações entre Estados se fundem naquilo que constituem os pontos de divergência entre os Estados. As relações entre Estados fundam-se naquilo que são os pontos de interesse comum, naquilo que constitui um relacionamento com vantagem mútua.

E eu penso que quando abordamos o capítulo das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Moçambique pois poderemos encontrar numerosos campos em que as relações entre os dois Estados, as relações entre as instituições culturais e sociais dos dois Estados, poderão ser de grande vantagem mútua. Creio que podia também afirmar que há condições que são favoráveis para isso. Entre os nossos povos existe uma tradição de solidariedade e de amizade. Isso constitui um ponto de partida muito sério, muito positivo para as nossas relações.

Numa certa medida, talvez, valeria a pena evocar aqui, neste momento, que em terra moçambicana estão enterrados vários Inconfidentes. (1) Assim os nossos filhos partiram para depois regressarem e serem enterrados. Mas, mais do que isso, o Brasil e Moçambique são países em desenvolvimento, têm interesse em estreitar as suas relações, em promover as suas relações, porque nesse estreitamento, nessa promoção de relações criam condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento.

Há outras questões fundamentais nas quais nós podemos encontrar do mesmo lado da barricada. Penso que, no que se refere à luta contra o colonialismo, à luta contra o racismo, à luta contra a agressão, à luta pela defesa da paz para além de divergências podemos encontrar pontos comuns que permitem uma cooperação, em interesse não só dos dois países mas no interesse geral da Humanidade.

A ÁFRICA DO SUL TEVE QUE ACEITAR A REALIDADE DE UM VIZINHO QUE CONSTRÓI O SOCIALISMO

J. — O senhor poderia-nos descrever rapidamente as suas relações económicas hoje, com a África do Sul?

S.V. — As nossas relações económicas com a África do Sul estriam-se, em primeiro lugar, naquilo que foi a estratégia colonial.

Na África Austral (...) criaram-se dois pólos principais de desenvolvimento na base da implantação de comunidades brancas, que deviam exercer uma hegemonia sobre toda a zona. Foi instituída a comunidade branca na África do Sul e nos princípios deste século na então Rodésia. O conjunto dos outros países da zona deviam sobretudo prestar serviços para a propriedade e o desenvolvimento destas comunidades brancas. Essa prestação de serviços iria desde o fornecimento de mão-de-obra até o caso de Moçambique, sobretudo, à prestação de serviços enquanto país marítimo — o serviço dos seus portos para o **hinterland**.

A dinâmica da guerra colonial de agressão contra o nosso Povo levou o sistema colonial fascista a reforçar ainda mais a dependência que existia, do nosso País em relação aos pólos brancos da então Rodésia e África do Sul.

O que tem sido a nossa acção? A nossa acção tem sido a de transformar progressivamente uma relação de dependência numa relação de interdependência, de transformar uma dependência em relacionamento económico que seja vantajoso (equitativamente vantajoso, quando se trata de empresas e outras instituições) entre as duas partes.

Moçambique e a África do Sul são países que politicamente nós poderíamos citar, talvez, como colocando-se nos pólos opostos — é uma realidade que ninguém nega. E realidade também que ninguém nega é que estamos condenados a viver juntos. Não se pode escolher os vizinhos, e a África do Sul teve que aceitar a realidade de um vizinho que constrói o socialismo. Não foi do seu agrado, não é do seu agrado, não será do agrado do sistema actual. Mas, todavia, é uma situação que é comandada pelo realismo, que é comandada pelo determinismo geográfico em que nos encontramos.

Perguntarão, talvez, como conciliamos nós estas relações económicas com a África do Sul com a nossa posição firme e intransigente de condenação do Apartheid e de apoio ao Povo sul-africano, dirigido pelo Congresso Nacional Africano. Nós diremos que não encontramos uma contradição nisso. E não encontramos uma contradição nisso na medida em que Moçambique não representa nenhum factor na sobrevivência do regime do Apartheid.

Se se trata de agir economicamente sobre o regime do Apartheid, a acção a fazer-se não é em Moçambique. Será provavelmente em Washington, será em Londres, será em Paris, será em Bona, será em Zurique — serão aí onde são tomadas efectivamente decisões e opções que permitem a viabilidade económica de um regime contestado pelo seu Povo. E que mais que a viabilidade económica, são tomadas certas medidas que permitem (...) a viabilidade militar, inclusive para agredir outros Estados.

J. — Não acha que essa posição de Moçambique é um pouco cómoda e pode até... não é um bom exemplo para outros países que não estão próximos e que têm uma participação na luta contra o Apartheid?



«(...) Pensamos que na sequência destes contactos agora estabelecidos a um nível elevado poderemos encontrar novas vias e novos campos de cooperação, na agricultura, na indústria, nas infra-estruturas de transportes, em que uma parte e outra podem encontrar vantagem grande».

S.V. — A nossa posição não a chamaria cómoda. Nós talvez podemos dar um exemplo aos outros países

De 64 a 74, quando estivemos em guerra, houve participação sul-africana contra nós e nós liquidámos forças sul-africanas no nosso território. Em 1976, ainda não tínhamos um ano de independência, quando se tratou de aplicar as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a então colónia britânica da Rodésia do Sul nós não hesitámos; quando se tratou de partirem os voluntários internacionalistas moçambicanos para combaterem no Zimbábue nós não hesitámos.

Pensamos que nesse aspecto a nossa posição nunca foi cómoda e nós aceitámos com os bombardeamentos e os ataques e as agressões contra a nossa Pátria. Então se querem seguir o nosso exemplo sigam o nosso exemplo na totalidade.

ASSUMIR O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

J. — Gostaria de saber qual é a real disposição de Moçambique em relação ao Governo brasileiro e se já foram esquecidas, realmente, as mágoas do passado (....)?

S.V. — O passado não se esquece. Assume-se:

Cada um trás o seu passado mas estamos num presente e construímos um futuro. Mas para se construir efectivamente um futuro, é necessário saber assumir-se o passado, no que tem de positivo e no que tem de negativo. Porque é com os pés assentes na terra que avançamos e não escondendo as realidades.

Quando fala do Governo brasileiro, tenho uma certa dificuldade em me pronunciar porque não sei a que fase se refere. Se ao voto do chanceler Afonso Arino Neto Franco nas Nações Unidas contra o colonialismo português se a outras fases em que houve alguma cooperação — talvez mesmo importante — com o colonialismo português. Ou se se refere à fase actual ou mais recente em que tivemos a alegria, por exemplo, de ver o Brasil entre os primeiros Estados a reconhecerem a República Popular de Angola num momento em que a estavam agredindo.

Que nos momentos difíceis seria legítimo esperar do Povo brasileiro, do Estado brasileiro, como de todos os outros Povos e Estados uma atitude positiva de solidariedade, seria legítimo esperar. Que podemos dizer que ficámos decepcionados — porque não, se é uma realidade? —, mas partindo destas realidades podemos saber construir o presente e o futuro.

J. — Queria que o senhor me falasse sobre a mudança política que teve origem em Moçambique, deflagrada em 18 de Março por Sua Excelência, o Presidente Samora Machel. Eu quero saber exactamente o que significa essa mudança e o que é que já envolveu a partir desse processo?

S.V. — Muito obrigado! Está-me a falar de uma mudança de que eu não tinha conhecimento.

Eu li nalguma imprensa de que havia uma mudança. Não li isso nos discursos do Presidente Samora Machel, nos documentos do Comité Central do Partido, da Assembleia Popular, do Conselho de Ministros.

Soube da mudança pela leitura de alguns jornais, normalmente mal informados.

Há pessoas que tomam os seus desejos por realidades.

Moçambique é um País socialista. Estejam muito seguros disso.

Agora se me perguntarem se faz parte da estratégia socialista o Estado controlar a barbearia na esquina da rua, direi que não. Se perguntarem se faz parte da estratégia socialista o nosso Estado desperdiçar os seus esforços no contróle da pequena mercearia, do barbeiro, da boutique e da modista, direi que não. Nunca fez parte. As decisões do III Congresso do nosso Partido são extremamente claras e a nossa linha política nesse aspecto é extremamente clara.

Houve, sim, circunstâncias determinadas que num certo momento nos forçaram a tomar certas medidas.

Quando a barbearia estava abandonada e a padaria foi abandonada e lhe apareciam os empregados e lhe diziam «Bom, o que é que vamos fazer», tínhamos duas opções. Podíamos dizer «fecha a loja e vai-te embora para casa, fica desempregado». Não o fizemos e foi correcto não o ter feito. Entretanto, fomos organizando e à medida que nos fomos organizando fomos criando condições para a reso-

lução dos problemas pendentes. E hoje estão em vias de resolução.

Há pessoas que pensam — ou pelo menos que pensam na base da ignorância — que a etapa da construção do socialismo equivale a uma etapa de estatização total de todos os sectores da vida económica. A União Soviética já tem mais de 60 anos de Estado socialista e está numa fase extremamente avançada da construção da sua sociedade, todavia subsistem importantes sectores privados. Não tem um significado importante em termos do Produto Nacional Bruto em termos do que é a Agricultura ou a Indústria do País, mas tem um significado social importante.

Não creio que exista um único país em que as padarias e as barbearias já estejam todas nacionalizadas. Não faz parte da estratégia da construção do socialismo. É um absurdo. Devemos saber concentrar os nossos esforços naquilo que são os factores fundamentais.

Fala-se também de mudança, dizendo-se que há uma abertura de Moçambique em relação ao capital privado estrangeiro. Eu direi o contrário. O que houve foi uma abertura do capital privado estrangeiro em relação a Moçambique.

Nós nunca dissemos que no nosso País receávamos qualquer cooperação com o capital privado estrangeiro. Antes pelo contrário. Nós dissemos que estávamos prontos a fazê-lo. Simplesmente, proclamámos a Independência, iniciámos o processo das transformações socialistas na nossa Pátria, e o capital estrangeiro teve a atitude do *Wait and see* (esperar para ver). Num certo momento chegou à conclusão que continuar *Wait and see* significava perder alguns negócios e que já era tempo de passar do *Wait and see* para a cooperação efectiva.

Então, não falarei de abertura de Moçambique em relação ao capital estrangeiro, mas sim que o capital estrangeiro chegou à conclusão que somos um País sólido e estável, com potencialidades e com possibili-

dades, por consequência, de fazer com eles negócios que lhes trazem vantagens. E o capital estrangeiro não está assustado pelo facto de sermos um Estado socialista, porque eles têm relações com Estados socialistas em toda a parte do mundo e nunca se queixaram delas.

J. — Quais são as condições efectivas para que um país estrangeiro venha actuar em Moçambique?

S.V. — Não direi quais são as condições, de uma maneira muito detalhada. Direi quais são as condições básicas.

A condição básica, é que o negócio nos interesse. É a condição fundamental. Que nós estejamos interessados nisso, que nós estejamos interessados, porque se trata de uma acção, que se enquadra no nosso Plano, porque se trata de uma acção que é vantajosa para a nossa economia nacional.

A partir daí, as condições em que essa empresa vai trabalhar connosco, isso é matéria de contrato, é negociado ponto por ponto. É nesse sentido temos tido experiências muito positivas do nosso lado e creio que o capital estrangeiro que tem negociado connosco também não tem razão de queixa e se sente satisfeito e estimulado.

Nós temos condições extremamente positivas. Interessam. Temos um Povo organizado, trabalhador. Esse é o petróleo número um que existe — um Povo organizado e trabalhador, um Povo disciplinado.

Temos uma Direcção que é muito clara naquilo que quer e que conta com o apoio firme e testado das massas populares.

Não se esqueçam que somos um País que nos últimos 16 anos viveu em guerra. Que a Direcção deste País é uma Direcção que emergiu destes 16 anos de guerra e nas condições mais duras e difíceis. Só poderia ter sobrevivido com a confiança crescente das massas. E organizada.

Em terceiro lugar, temos uma localização geográfica privilegiada, tanto em relação ao *hinterland* como em relação ao Médio e ao Próximo Oriente. Em quarto lugar, temos importantes recursos do nosso solo e subsolo. Em quinto lugar, temos alguma infra-estrutura.

O capital estrangeiro possui uma tecnologia, possui meios financeiros. Por consequência, da combinação desses meios que dispõe o estrangeiro com a combinação dos nossos meios, podemos encontrar o equilíbrio que seja mutuamente vantajoso, que dê lucro às duas partes.

SOMOS EXTREMAMENTE PRECISOS NO PAGAMENTO DAS NOSSAS DÍVIDAS

J. — Qual seria o limite de lucro que é permitido aqui em Moçambique?

S.V. — Não é limite. É o relacionamento entre o que se põe e o que se tira, que se calcula em termos económicos. Nós não pretendemos prejudicar ninguém, também não pretendemos ser prejudicados, de modo que não falemos de limite.



«Cada um traz o seu passado mas estamos num presente e construímos um futuro» — Ministro-Governador do BM, Sérgio Vieira

O limite é aquilo que vamos discutir no contrato: O que é que vai ser a minha vantagem, o que é que vai ser a vantagem dele.

J. — Quer dizer que não existe um tecto para a remessa de lucros, por exemplo?

S.V. — Não.

J. — É discutido caso a caso?

S.V. — Exacto. Enquadra-se no plano que nós fazemos, nomeadamente com essa empresa.

J. — O senhor nos dá a entender aí, então, que não existe algo como um regulamento acabado que estabeleça....

S.V. — Um código de investimentos?

J. — Exacto. Que estabeleça o comportamento....

S.V. — Não, não existe.

Há quem fale da necessidade do código de investimentos, quem fale da não necessidade do código de investimentos. Alguns dizem que a existência de um código de investimentos é uma garantia para o capital estrangeiro privado e que eles gostam muito de encontrar um código de investimentos. Nós temos trabalhado nesta base muito pragmática e temos tido sucesso. E pensamos que o código contrário, iria retirar-nos uma flexibilidade de opção.

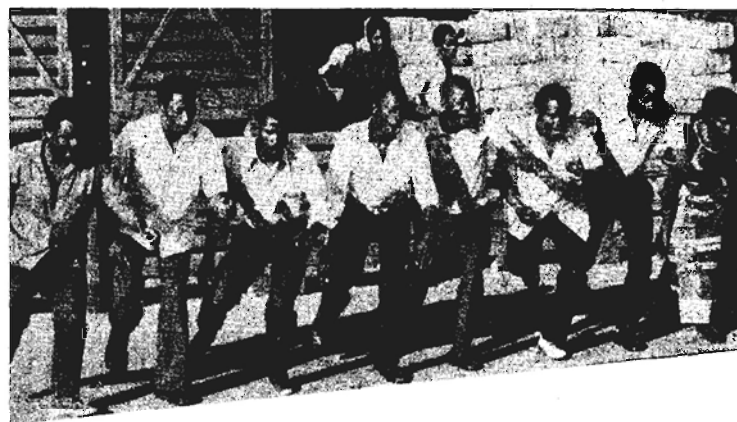
Quanto a oferecer garantia, pois, de novo volto a pensar sobre um facto: Que o capital estrangeiro tem muito mais a lamentar de países com código de investimentos e com toda uma legislação de apoio à empresa privada do que se tem a lamentar das suas relações com países socialistas, nomeadamente com Moçambique.

Que eu saiba, e é um facto notório e público, o caso concreto de Moçambique, em toda a parte dizem que somos extremamente precisos no pagamento das nossas dívidas, das nossas obrigações, somos extremamente escrupulosos na observação da totalidade das nossas obrigações.

Em toda a parte lhe dirão isso e, no entretanto, não temos código de investimentos. Já outros que o têm, talvez não estejam na mesma situação que nós.

FAZER BARULHO NO NORTE PARA MELHOR ATACAR NO SUL

J. — Gostaria de saber que argumentos levaram



Moçambique a apoiar a presença militar soviética no Afeganistão?

S.V. — Porque é que não faz a pergunta de outra maneira: «Que argumentos levaram Moçambique a apoiar o Estado do Afeganistão no seu direito de legítima defesa?».

Nós não estávamos a apoiar a União Soviética no Afeganistão. Nós estávamos a apoiar o Afeganistão no seu direito de livremente escolher a via de desenvolvimento económico e social e política. E se através dos Tratados e Acordos que o Afeganistão tem com outros Estados estes o apoiaram nisso, pois estão a cumprir as suas obrigações. Este é um direito consagrado na Carta das Nações Unidas, de cada Estado fazer apelo a quem muito bem entender para resolver, se necessitar, os problemas decorrentes de agressões de que é vítima.

Eu diria que, por vezes, procura-se agitar uma árvore para melhor se esconder a floresta. Se se trata da retirada de tropas estrangeiras dos Estados, da liquidação de bases militares estrangeiras em cada Estado, nós estamos prontos a participar nessa batalha com todos os Estados. E creio que a União Soviética também tem afirmado esta posição.

Talvez os nossos amigos que vêm da América Latina nos possam falar das bases militares que estão presentes em territórios de Estados da América Latina, inclusive contra a vontade desses Povos? Então, vamos ao problema de fundo e abordemos o problema de fundo com a seriedade que requer esse problema de fundo. Não se façam tempestades em copos de água para melhor camuflar outras actividades.

Como antigo combatente guerrilheiro, eu conheço muito bem a tática de fazer barulho no norte para melhor atacar no sul. E pode-se falar muito nas



«Ao nível das relações culturais, científicas, desportivas, pouco ou nada se fez. Tem os que encarar como um campo importante, tendo em conta sobretudo a grande afinidade na tradição cultural dos nossos dois Povos»

tropas soviéticas no Afeganistão, para melhor não se falar dos porta-aviões nucleares no Oceano Índico, dos milhares de aviões e helicópteros que se concentram neste momento no Oceano Índico, das ameaças de agressão que surgem em toda a parte.

RELAÇÕES ENTRE ESTADOS CONSTRÓEM-SE PASSO A PASSO

J. — O senhor poderia-nos especificar, em termos bastante práticos, que tipo de cooperação e de aproximação o Brasil poderá representar para Moçambique a partir de agora?

S.V. — As nossas relações estão-se a desenvolver em vários campos.

Temos relações diplomáticas, que se têm desenvolvido normalmente e creio que com satisfação mútua. Temos que vos felicitar pelo trabalho do vosso Embaixador em Moçambique, da vossa Embaixada, que muito contribuiu para o avanço positivo das nossas relações.

Penso que a visita do senhor Chanceler Guerreiro é a expressão desse desenvolvimento positivo das relações políticas e diplomáticas entre os dois Estados.

As relações comerciais têm-se desenvolvido duma maneira que também considero positiva. Neste momento, elas devem orçar em cerca de cem milhões de dólares as relações comerciais entre os dois países. Ainda não coloca o Brasil entre os nossos principais parceiros, mas pensamos que haverá um vocacionamento para que elas se desenvolvam ainda mais e que o Brasil possa vir a surgir como um dos nossos principais parceiros comerciais.

No campo da técnica, algum trabalho se está a fazer e temos tido uma cooperação positiva com algumas empresas nesse campo e pensamos que na sequência destes contactos agora estabelecidos a um nível elevado poderemos encontrar novas vias

de cooperação e novos campos de cooperação, na agricultura, na indústria, nas infra-estruturas de transporte, em que uma parte e outra podem encontrar vantagem grande.

Ao nível das relações culturais, científicas, desportivas, creio que pouco ou nada se fez. Teremos que encarar como um campo importante, tendo em conta sobretudo a grande afinidade na tradição cultural dos nossos dois Povos. E que seria de grande interesse para os nossos dois Povos a aproximação, que consolida as suas relações de amizade e de cooperação. E as relações entre os Estados também se constroem como as relações entre pessoas. É passo a passo, é num conhecimento e relacionamento mútuo que desenvolvemos o conhecimento e a tendência para o relacionamento mútuo.

O que se fez nestes cinco anos, já é positivo. O que será nos próximos cinco anos (?), talvez o que se fez apareça apenas como uma gota de água. É a nossa esperança.

J. — Os donos das barbearias, das mercearias e dos cabeleireiros já estão voltando?

S.V. — Os que saíram não voltam. O que foi produto de exportação, não é produto de reimportação. Quem abandonou a nossa Patria nos momentos difíceis, porque nós éramos «terroristas» no poder, não é bem-vindo. O que vêm cá fazer?

J. — Eu só queria continuar esta questão. Eu quero saber como é que se vai fazer na prática essa devolução dessas pequenas mercearias...?

S.V. — Não se trata de uma devolução porque não andámos a confiscar. O que tinha acontecido foi um abandono. Nós não estamos a entregar àquelles que abandonaram. Abandonou, abandonou! Boa viagem. Se quiser voltar a conquistar de novo esta terra, então pegue nas caravelas do Vasco da Gama e venha de novo por aí abaixo. E como isso não é muito realista, passe muito bem onde se encontra.

Agora, há pessoas que estão no País, que estão interessadas em fazer funcionar essa barbearia, que têm os meios, que têm a competência, pois muito bem, então aceitamos propostas e em face das propostas decidimos.

Não estamos a devolver a ninguém. É uma conquista nossa. Eles foram-se embora porque não gostavam de nós. Então, por quê que haviam de voltar?

(Continua no próximo número)